

A cegueira não é o fim

O jornalista Assis Ângelo, 65 anos, especialista em cultura nordestina, aprende a viver no escuro

Por Assis Ângelo Atualizado em 4 jun 2024, 17h00 - Publicado em 16 fev 2018, 06h00



(Jonne Roriz/VEJA)

Faz pouco mais de três anos que estou totalmente imerso no mundo de Homero — que, diziam, era cego. O que eu pensei ser uma coceira incômoda era, na verdade, o início do descolamento das minhas retinas. Inicialmente, perdi a visão do olho esquerdo. Em 2013, durante uma série de debates sobre Luiz Gonzaga no Rio de Janeiro, tive dificuldade em sair do palco — precisei da ajuda dos organizadores do evento. Vim para São Paulo, consultei três médicos, e eles disseram que era apenas uma questão de trocar de colírio. Mas, durante uma consulta no Hospital das Clínicas, a minha vista escureceu de vez.

Para uma pessoa como eu, que nasceu com visão, é muito difícil aceitar a vida no escuro. Chorei, em vários períodos fiquei sem dormir, entrei em depressão. E as pessoas te abandonam — mulher, amigos... Um dos poucos que me confortaram nessa hora foi o músico e compositor Papete. Ele disse: “Se a tua mulher foi embora, é porque ela não te amava; se teus amigos foram embora, é porque não eram teus amigos. Meu irmão, a vida segue”. Solucei feito uma besta, nos abraçamos e a vida seguiu.

Dois anos atrás, um amigo me falou do instituto Laramara, uma instituição que ajuda as pessoas que perderam a visão. Lá, recebi auxílio para andar com bengala, algo a que ainda não consegui me acostumar, e tenho aulas de computação. Só não domino ainda a leitura em braile porque estou acostumado com os audiolivros. Se andava com a claridade do sol, hoje ando com a claridade da lua.

A minha maior tristeza é não poder ler como lia antes, e não poder cuidar do acervo que comecei ainda na Paraíba, quando tinha 18 anos. Por mais de quatro décadas, estendi minha pesquisa por São Paulo e cidades do exterior pelas quais passei. Modéstia à parte, tenho a maior reunião de itens de cultura popular na mão de uma única pessoa. Tenho disco de Volta Seca, um ex-cangaceiro do bando de Lampião, e a primeira moda de viola gravada no Brasil. Tenho mais de 1 000 horas de entrevista com gente como Carlos Drummond de Andrade, Inezita Barroso, Câmara Cascudo, Sivuca. De Luiz Gonzaga, de quem me orgulho de ter sido biógrafo e amigo, possuo registros de suas canções em inglês, japonês e até rapa nui, idioma falado na Ilha de Páscoa. Também possuo quarenta composições que ele nunca gravou: tem fado, marchinha de Carnaval, samba... Aliás, dia desses falei dessas composições ao Fagner. Ele pediu que eu as compilasse e mandasse para ele. Mas como posso fazer isso se não enxergo mais?

Faço o possível pelo acervo. Atuei como consultor daquela cinebiografia de Luiz Gonzaga. Ganhei uma mixaria, mas pedi a eles que digitalizassem parte das minhas gravações. Gostaria de transferir meu acervo para alguma instituição que o catalogasse e digitalizasse, o que nunca tive condições de fazer. Mas cultura não é sabonete: eu não queria que ele fosse parar nas mãos de um colecionador particular ou no exterior. Prefiro que fique nas mãos de uma instituição que possa abrir essas raridades ao público. E eu poderia ajudar a orientar e catalogar o material.

Falei de Homero. E você sabe que ele me ajuda a superar o trauma da cegueira? Eu me espelho na história dele: um homem que nasceu vários séculos antes de Jesus Cristo, cego, que não sabia escrever, fazia tudo de memória e cujos versos são conhecidos até hoje. Posso não fazer a *Ilíada* ou a *Odisseia*, mas tenho diversos projetos históricos engatilhados. Quero contar a história de São Paulo por meio da música, produzir dez discos com as origens do cancioneiro da

cidade (uma parceria com meu amigo Osvaldinho da Cuíca), um livro sobre a cultura popular nordestina e outro sobre a revolução que Luiz Gonzaga causou na história da música brasileira. A cegueira não é o fim.

Depoimento dado a Sérgio Martins

Publicado em VEJA de 21 de fevereiro de 2018, edição nº 2570